

De pequenos negócios de feira à metodologia científica: avanços a partir de (e para) experiências em contexto agreste

Márcio Gomes de Sá

Pedro Lincoln Carneiro Leão de Mattos

INTRODUÇÃO

“Não há solução para o Brasil sem solução para o Nordeste”. Foi partindo desta premissa que Mangabeira Unger (2009) esboçou linhas para o desenvolvimento da região. Para ele, este deveria ser tratado como projeto nacional. No período (2007-2009) em que comandou a SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) da Presidência da República, esteve pessoalmente lá algumas vezes. Em particular, sobre aquele que é o contexto empírico de onde emerge este texto, se mostrou



entusiasmado ao ponto de declarar ter visto ali inúmeros “Benjamin Franklins” criando alternativas econômicas mesmo sem o apoio do Estado¹.

Entretanto, alguns aspectos delicados também podem ser apontados nesta mesma atmosfera entusiasmante. Em particular no que se refere à principal atividade local, a produção e a comercialização de confecções, observa-se uma alta incidência de “informalidade” nos negócios e nas relações de trabalho (exploração de mão de obra doméstica e subempregada), prevalência de baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, jornadas de trabalho extenuantes, a baixa qualidade de parte significativa da produção etc.

Ao longo dos últimos anos, diversas investigações foram e continuam sendo realizadas com ênfase empírica na região político-geográfica do Nordeste do Brasil denominada Agreste, mais especificamente, em sua parcela situada no interior do estado de Pernambuco. Neste contexto, destacam-se três cidades (Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe) nas quais um complexo processo de modernização periférica vem sendo evidenciado nas últimas décadas e assim despertando a atenção de cientistas sociais de diferentes áreas (cf. XAVIER, 2006;

¹ Declaração em reunião de equipe de pesquisa com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República em Brasília em 17 mar. 2009.

CABRAL, 2007; LIRA, 2011; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013; HELENO, 2013; SÁ, 2010b, 2011a, 2015).

Aqui são propostas reflexões sobre experiências de pesquisa científica num contexto geoeconômico e humano bem particular, envolvendo feirantes, empresários e executivos. A ele se pensa voltar, e isso estimula o propósito do texto: avançar, por meio da problematização das dificuldades lá encontradas, em certas concepções de metodologia e epistemologia científica que se viram incômodas em tal meio. Condições de pesquisa seriam então repensadas no sentido de uma maior efetividade na prática investigativa em contexto agreste (no sentido de ser rústico, não cultivado, periférico).

Dois desafios a esta prática de pesquisa social localizada foram enfrentados. O primeiro, um necessário desenvolvimento de estratégias e instrumentos metodológicos apropriados a este tipo de contexto e à condição dos seus protagonistas, que parte da seguinte questão: como lidar com dificuldades metodológicas que emergem de tal prática de pesquisa? O segundo, voltado à dimensão epistemológica, pergunta: como a literatura contemporânea de sociologia, história e filosofia da ciência poderia municiar o pesquisador para tal prática?

Para empreender tais avanços, após a apresentação do contexto e dos pesquisados, dificuldades e questões vividas nas experiências relatadas e problematizadas em termos metodológicos são articuladas reflexivamente com a referida literatura. Os resultados são avanços metodológicos, já noutra patamar alcançado a partir do que foi vivenciado e da reflexão epistemológica gerada.

O CONTEXTO

O Agreste pernambucano é uma mesorregião interiorana de transição entre a Zona da Mata, de clima úmido, e o Sertão semiárido. Caruaru está a 136 km da capital do Estado, Santa Cruz do Capibaribe a 180 km, e Toritama, a 167 km (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). Um detalhe pode ser observado nos dados populacionais disponíveis (Tabela 1), o crescimento destas três cidades é, em termos de comparativo percentual, significativamente maior que o do estado, da região e mesmo do país.

Tabela 1: Comparativo do crescimento populacional de Caruaru, Santa Cruz e Toritama com o crescimento da população geral do estado de Pernambuco e do Nordeste (2000-2010)

Cidade/estado/região	População em 2010	População em 2000	Crescimento %
Caruaru	314.912	253.634	24,2
Santa Cruz	87.582	59.048	48,3
Toritama	35.554	21.800	63,1
Pernambuco	8.796.000	7.918.344	11,1
Nordeste	53.082.000	47.741.711	11,2
Brasil	190.756.00	169.799.170	12,3

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados IBGE (2010) e SEBRAE (2013).

Lira (2011, p. 79) lembra que “o aglomerado têxtil atinge, além desses, mais de duas dezenas de outros territórios da região”, no entanto, “atualmente, além de Santa Cruz do Capibaribe, os municípios da região que concentram maior número de estabelecimentos e empregos no setor são Caruaru e Toritama” (DIEESE, 2010, p. 9). Para além da dimensão quantitativa, há uma nítida centralidade destas três cidades na dinâmica socioeconômica e das atividades ocupacionais e administrativas características ao fenômeno, bem como há uma ancestralidade histórica comum a elas. Ao longo dos tempos, a presença de feiras livres foi tão marcante que Caruaru é conhecida e também autodenominada por muitos dos seus habitantes como a “cidade das feiras”. As histórias das cidades e mesmo da ocupação humana na região vinculam-se na história do comércio de feira (cf. FERREIRA, 2001).

Embora as origens desses aglomerados urbanos estejam historicamente vinculadas ao comércio e trânsito de mercadores que iam e voltavam, trazendo e levando mercadorias, da metrópole Recife para esta e outras regiões interioranas, bem como ao escoamento da sua produção agrícola, nas últimas décadas este território viu o marcante crescimento da atividade de produção e comercialização de confecções. São principalmente fabriquetas de fundo de quintal denominadas de “fabricos” e “facções” – nas quais os processos produtivos são executados por trabalhadores, muitas vezes familiares ou pessoas próximas do círculo familiar, que recebem por produção, mas que em alguns casos se transformaram em fábricas formalmente constituídas – que “invadiram o campo”, as cidades menores circunvizinhas e transformaram o cenário. A economia e a dinâmica sociocultural da região estão hoje vinculadas a esta estrutura produtiva e ao comércio dos seus produtos, por meio de feiras fixas ou itinerantes de periodicidade semanal, ou mesmo da venda direta para outros municípios, estados e até regiões do país.

OS PESQUISADOS

Investigar neste campo interiorano, diferente da urbanidade capital na qual se viveu e se formou, foi algo que desafiou um de nós que, ao longo deste processo, muito conviveu com atores locais tornados pesquisados.

Foram feirantes (que possuem pequenos negócios de feira), empresários e executivos locais os principais protagonistas pesquisados nas investigações empreendidas neste contexto. Além deles também foram entrevistados gestores e funcionários públicos municipais, líderes sindicais, presidentes de associações, historiadores.

Em sua maioria os feirantes pesquisados eram filhos de agricultores e donas de casa (ou agricultoras) que nasceram e viveram num contexto rural-interiorano e estudaram em média três anos. Embora, se comparados com seus pais, seja observado um número bem maior de nascidos em Caruaru (o dobro), a maior parte deles, assim como seus genitores, nasceu numa outra cidade do interior ou na zona rural. Antes de terem se tornado feirantes, a maior parte dos entrevistados teve alguma outra atividade informal, ou mesmo um emprego formal. Enquanto sua maioria não concluiu o antigo primeiro grau, apenas 15,6% deles completaram-no. Mais de sete dentre dez dos comerciantes entrevistados não realizaram qualquer tipo de curso profissional, dizem ter aprendido a fazer o que fazem na prática ou mesmo observando a prática alheia. Muito embora a maioria dos feirantes pense em expandir o seu negócio, apenas poucos dizem poupar algo para isso, a maior parte afirma não poupar nada (SÁ, 2010a; 2011a, p. 55-79; 2013).

Outros protagonistas da região são hoje empresários, proprietários de fábricas. Com dezenas de empregados sob seu comando, importam máquinas do exterior, vendem o que produzem (principalmente confecções) para outras regiões do Brasil e podem ser comparados ao perfil “ascendente social por meio dos negócios”. Da capital e de outras cidades do interior também vieram pessoas que hoje atuam como executivos neste contexto. Estes podem não se distanciar do perfil convencional do que pode ser denominado “formado para os negócios” (SÁ, 2010b).

De modo geral, alguns traços podem ser destacados de algumas daquelas pessoas que, advindo das camadas populares (classe trabalhadora), se projetaram por meio deste contexto e hoje são proprietárias de um negócio próprio (SÁ, 2011a, p. 145). Fizeram-se empresários por meio de capacidade própria de aprendizado na prática, inventando o próprio caminho como “empreendedor” e sua construção progressiva, por tentativa e erro, diante das exigências e circunstâncias do dia-a-dia. As entidades e instituições que surgem e se dedicam a apoiá-los neste sentido parecem ainda ter dificuldades de fazer funcionar, no caso deles, os modelos de negócios, os treinamentos e mesmo a consultoria especializada que segue os padrões de mercado convencional. Assim sendo, trajetórias de vida e trabalho em tal contexto sociocultural permanecem como desafios a serem melhor compreendidos.

O caminho dos negócios muitas vezes aparece já na infância, e se mostra um tanto mais atraente que a escola. Desde cedo, a perspectiva de futuro de muitos deles se volta para a atividade comercial, algo tido como “natural” no senso comum da região. Vir a ter êxito e assim se tornar um daqueles que “venceram na vida”, ascendendo da informalidade para a construção de um patrimônio considerável, como alguns casos que servem de referência ao imaginário local e alimentam mitos e sonhos, é o horizonte de alguns. Outros querem apenas alcançar e se manter num bom padrão de vida como o da classe de referência da sua condição, a classe média. Muitos lutam, na realidade, para se afastar da situação daqueles que estão em posição inferior na estrutura social, desempregados, sobrevivendo de biscates ou com o apoio do Estado (por meio de políticas como o bolsa família). A ambiguidade das mais diversas trajetórias, as posições contingentes ocupadas por tais personagens, as mudanças e continuidades da histórica coletiva local, enfim, tudo isso circula por entre os hábitos e os corredores do comércio de feira de rua local.

Com o crescimento da produção e comércio de confecções na região nas últimas décadas, gente como eles está fazendo história por lá. É claro que constrangidos pelas condições que lhe são dadas, como disse Marx (2011), mas é inegável que protagonizam a dinâmica sociocultural e econômica de milhares de pessoas que vivem e trabalham naquela região em seus mais diversos negócios. Aprender

sobre essa gente, sobre o saber-prático que incorporam e utilizam cotidianamente é, em diversos aspectos, um desafio metodológico.

AS EXPERIÊNCIAS SÃO CONFRONTADAS COM A METODOLOGIA CIENTÍFICA

Um dos autores deste artigo almoçou diversas e repetidas vezes na feira. Experimentou seu cotidiano, deambulou por seus corredores e tomou notas de campo em alguns de seus bares. Observou o ir e vir dos seus feirantes e adotou suas trajetórias de vida e seus negócios como problema de pesquisa. Aplicou questionários, pensou sobre a condição daquele que é feirante, mas também ao mesmo tempo e do seu modo, administra um negócio. Realizou entrevistas em profundidade e sucessivas também com empresários locais e alguns dos seus executivos. Acredita ter tomado parte de interações genuínas de pesquisa – quando o pesquisador se coloca perante o pesquisado com um interesse honesto no que este tem a lhe falar e o pesquisado projeta suas convicções no discurso que elabora – naquele referido contexto e ter empreendido esforço de “abertura biográfica”, no sentido de entender os hábitos, as práticas e a linguagem em voga nos espaços sociais que lá passou a frequentar.

Diferente de experiências de pesquisa em ambientes fisicamente delimitados e/ou “assépticos” como faculdades, escritórios e afins, a qualidade do fluir por

espaços como estes frequentados no contexto agreste progride quando o pesquisador se mostra atento e “escuta” sua dinâmica, parte daqueles hábitos, práticas e linguagens, tendo em vista encurtar a distância entre a sua socialização prévia e aquela das pessoas com as quais necessita melhor interagir. Muitas vezes, isso se deu por meio de um olhar ou sorriso franco ao deixar transparecer seus propósitos e assim despertar solidariedade entre os pesquisados dos quais depende para fazer seu trabalho.

Suas idas às feiras, aos centros comerciais, lojas e/ou fábricas, os diálogos travados também com os mais diversos informantes (para além dos próprios pesquisados), as tentativas de se fazer claro em relação às dúvidas que os interagentes tinham sobre os porquês daquelas perguntas ou mesmo da sua presença naquele ou noutro lugar, enfim, tudo isso nele gerou “imagens mentais” (Wittgenstein, 1999) do vivido.

A partir daquelas experiências e destas imagens formadas, hoje é possível evoluir em dimensões da prática de pesquisa por meio de questões como as seguintes:

- A condição de “informal” pode implicar em limites e cuidados na narrativa de um entrevistado quando perante um gravador ligado. As coisas mais relevantes

às vezes são ditas depois dele desligado, ou mesmo por outra pessoa que não o entrevistado. Uma das experiências mais marcantes neste sentido aconteceu após a realização de uma última entrevista, num dia seguinte de observação etnográfica. A esposa de um dos entrevistados, em cuja barraca-box de feira um de nós já tinha almoçado diversas vezes, revelou que eles moravam em condições de extremo improviso, na própria barraca (algo inclusive proibido pela Prefeitura). Neste momento o marido-pesquisado baixou a cabeça demonstrando vergonha com a revelação do segredo (SÁ, 2011a, p. 83-112). Como poderíamos vir a acessar informações como essa sem a etnografia recorrente pós-entrevista?

- Há limitações na estruturação de narrativas sobre si mesmo que muitos pesquisados apresentam. A baixa escolaridade de muitos deles e a condição de “não escolado” diante de um professor universitário (posição que veem como distante e valorativamente superior à sua condição) parece deixar alguns pesquisados receosos, envergonhados sobre o que dizem e como dizem, algo que parece facilitar que se percam ao reconstruir sua trajetória de vida, enfim, se compliquem quando são convidados a falar. Outra situação é a da construção de relatos como do pesquisado anterior. Em entrevista, quando perguntado sobre como era sua casa e onde ficava, construiu uma resposta que o resguardava de ter que dizer a um estranho, algo que poderia representar perigo à continuidade da sua morada e de sua família, ou mesmo levá-lo a sentir-se envergonhado por

submetê-los a tal circunstância de vida. Como, em termos metodológicos, se aproximar de nuances do contexto similares a esta e interagir em maior profundidade com os pesquisados?

- Suspeita-se, a partir da experiência, que para acessar dimensões mais interiores do pesquisado² é fundamental gerar uma conversa espontânea, não muito pretenciosa ou formalizada, na linguagem deles, e assim ir acessando sua condição, viabilizando que uma interação mais ampla possa vir a acontecer. A entrevista é assim um acontecimento que será exitoso ou não a depender da atitude e competência lexical do pesquisador junto ao pesquisado, para conduzi-las nos termos dele, bem como na confiança que o segundo sentir e depositar no primeiro. Como então entender e interagir na linguagem dos pesquisados quando esta difere significativamente da sua?

- Existe, nisso tudo, uma forte componente autobiográfica do pesquisador na prática de pesquisa, e vice-versa, que também emerge das situações vivenciadas. O pesquisador vai se formando a partir delas, vai se sentindo mais forte e confiante para outros desafios. E, ao mesmo tempo, hesita em algumas dimensões de sua prática que, aos seus olhos de hoje, um tanto mais maduros ou

² Algo próximo ao que Bourdieu (2007, p. 179) trata como “disposições mais profundas do *habitus*”.

mesmo acalmados pela distância espacial e temporal daquelas experiências outrora vividas, precisam ser tomadas em reflexão.

Numa tentativa de síntese, questões metodológicas que se gostaria de aperfeiçoar (como estas acima) podem ser expressas do seguinte modo: a condição bem particular do local no processo investigativo; a linguagem, caracterizada em seu contexto próprio, como recurso e critério maior da observação; o convívio com a narrativa autobiográfica; a entrevista como evento dialógico no qual interlocutores se influenciam mutuamente.

Uma problematização metodológica assim, quase imposta pela prática, encontra dificuldade de apoio na epistemologia científica hegemônica ainda prevalente.

RECORRENDO À LITERATURA CONTEMPORÂNEA DE SOCIOLOGIA, HISTÓRIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA

Para avançar na dimensão epistemológica, as questões acima sintetizadas são levadas à literatura contemporânea de sociologia, história e filosofia da ciência. É esta literatura que, em eixos estruturadores, aqui se apresenta como elemento teórico necessário às reflexões articuladas na seção seguinte e assim integradas aos desafios metodológicos já expostos.

O primeiro eixo observa a crise da ciência tradicional (SANTOS, 1995; 2000; 2004) desde seu centro lógico, a insuficiência da verificação indutiva, e assim reposiciona as afirmações científicas como conjecturas (POPPER, 2006), em um movimento permanente do tipo tentativa e erro, ordinário ao conhecimento humano (POPPER, 1975). A partir dos anos 60, o debate sobre epistemologia da ciência passou a ser também caracterizado pela emergência da pesquisa social e histórica (o que teria sido realmente no passado a ciência, cujas afirmações agora se apresentam como atemporais?). Com aquela pesquisa, cresceram as possibilidades de crítica válida a pressupostos intocáveis (VESSURI, 1991). Não há na história da ciência distinção sustentável entre a prática tentativa do pesquisador e um suposto método *a priori* definido que o guiaria (KUHN, 1962). Tudo isso estabelece: 1) a combinação de fatores locais como legítimos na inspiração metodológica que se acerta com o campo de pesquisa; 2) a sensibilidade às circunstâncias contextuais e geoeconômicas como motivações sempre naturais à ciência (PORTOCARRERO, 1994).

O segundo se volta para questão sociolinguística de forte impacto na efetividade do ofício científico: a atenção ao sentido local da linguagem e à dimensão “autobiográfica” (SANTOS, 2000) do trabalho do pesquisador. Ao destacar a incompreensão de textos de outras épocas e contextos, Kuhn (2002) afirma que não são as ideias dos antigos que não fazem sentido, “nós é que não somos

bilíngues”, não temos conhecimento da taxonomia lexical em que foram escritos. “O que caracteriza as revoluções, diz ele, é a mudança em várias das categorias taxonômicas que são requisito prévio para as descrições e generalizações científicas” (KUHN, 2002, p. 42). Acessar tais taxonomias com êxito, significa ser “bilíngue”. O pesquisador que faz isso em relação a um campo local, modifica sua biografia, põe-se em processo dialético com seu *background*, toma impulso para a autossuperação e a busca de outros meios de expressão. É desta forma que Rorty (1994, p. 52) explica a contribuição de Nietzsche.

No terceiro e último eixo teórico, procura-se alternativa de orientação pragmática para viabilizar as “traduções” (SANTOS, 2004) da ciência. Lyotard (2002, p. 13) mostra que a pragmática do saber científico é, desde Platão, a da legitimação, tanto em seu próprio campo científico quanto na sociedade local, e seus processos são inseparáveis de sua natureza epistemológica; à ideia de saber “misturam-se as ideias de saber-fazer, saber-viver, saber-escutar, etc.” (LYOTARD, 2002, p. 36). Aquilo que se diz sobre o campo empírico quer se legitimar duplamente. No plano do que chamamos de ciência social, precisa se manter de pé perante o rigor das regras atuais de um meio acadêmico. Mas não pode legitimamente abordar aquele campo como quem expropria (ou se apropria de) uma realidade humana e social ali cultivada. Quem (pesquisador) pede acesso se submete a um olhar avaliativo; quem toma como protagonistas de sua narrativa,

e em diálogo com eles, atores de outro meio cultural, estabelece um pacto, condição do desvelamento daquele meio. Tal prática científica se submete, portanto, a duas esferas de avaliação nas quais se pretende legitimar.

Orientados por estes três eixos, seguimos em busca de elementos teóricos inspiradores às reflexões epistemológicas direcionadas ao caso particular, ou seja, de teoria do conhecimento a ser pensada sob a medida das dificuldades de pesquisa localizada em contexto agreste.

Primeiro eixo: crise da ciência e alternativas à tradição

A expansão da visão científica (moderna e ocidental) no século passado foi recurso poderoso no processo de globalização (NUNES, 2002). A incorporação do olhar científico como “o correto” interfere no modo como as pessoas se veem, se relacionam com o lugar onde vivem e com os outros. Se este tipo de conhecimento foi progressivamente sobreposto aos saberes particulares das localidades marginais que “necessitavam de processo civilizador”, quem “detinha” o conhecimento então institucionalizado (o científico) podia dizer como os que não o detinham deveriam proceder e, mais que isso, olhar para (e experienciar) o mundo. Era o então civilizado, e bem sucedido neste processo, que falava ao atrasado, alguém a se desenvolver.

A epistemologia positivista foi estigmatizada e simbolizou este paradigma de conhecimento científico, atingiu seu ponto máximo, em termos de dogmatização, na formulação lógica do Círculo de Viena. Mas foi também em seu seio que surgiram debates e novos caminhos (SANTOS, 1995; 2000). Com novas perspectivas abertas, pôde ser ampliada a busca por esclarecimento epistemológico e, conseqüentemente, por se fazer uma ciência que atenta não somente para suas possibilidades, mas também aos seus limites.

No centro lógico dessa crise, a contribuição de Popper é incontornável (KLIMOSVKY, 1997), “a insustentabilidade lógica da indução, desde Hume sob suspeita, veio claramente à luz com Popper” (MATTOS, 2011, p. 458). Em sua concepção, “o aumento de conhecimento se deve aos problemas e às nossas tentativas de resolvê-los” (MAGEE, 1989, p. 28) e não ao indutivismo, afinal “as teorias científicas não eram uma síntese de observações, mas sim invenções – conjecturas ousadamente avançadas” (POPPER, 2006, p. 72).

Também emergiu a necessidade de se entender a ciência como produto histórico-cultural (VESSURI, 1991; PORTOCARRERO, 1994) e, assim sendo, vinculado a interesses socialmente situados no tempo e no espaço. Algo que pode possibilitar que ideias e ideais científicos não sejam tão facilmente deslocados e/ou dissociados de seus contextos e propósitos originais, e deste modo impostos a

outros, como algo “naturalmente bom” também para eles. A dinâmica política, social, econômica e cultural contemporânea demanda por abordagens científicas condizentes com aquele entendimento.

Assim, oportunidades são abertas por articulações teóricas que possibilitem a reconfiguração de uma (geo)política do conhecimento, algo que implica superar a tendência das ciências sociais em resistir ao envolvimento, com questões cotidianas de outras formas de cultura, no sentido de pensá-las a partir e para elas próprias (NUNES, 2002, p. 314-8)³.

De um modo ou de outro, o Século XXI parece cobrar humildade daqueles que se propõem a falar em nome da ciência. Uma vez que esta se projetou, ao se associar ao Mercado, como uma das nossas principais instituições culturais, é tempo de reavaliar criticamente o escopo, a abrangência e o caráter narrativo do conhecimento científico social. Se por um lado “a tolerância discursiva torna-se, nestas condições, um imperativo ético e epistemológico” (NUNES, 2002, p. 329), por outro, caso ainda se procure legitimar o que se diz como científico, é preciso que a noção de rigor seja incorporada ao novo discurso, bem como à prática a que este se refere (DEMO, 2011; LAHIRE, 2005; SÁ, 2011b).

³ Nestas e noutras obras editadas em Portugal é mantida a ortografia original.

De modo geral, “as tendências mais recentes desenvolvem a noção de ciência contextual, contingencial, circunstancial, resultante da combinação de fatores sociais e econômicos” (PORTOCARRERO 1994, p. 18). Além disso, se desenvolveu nos últimos anos “um interesse crescente pela ciência não só como teoria, mas como prática social, econômica e política e como fenômeno cultural, ultrapassando sua condição de sistema teórico-cognitivo” (PORTOCARRERO 1994, p. 20).

Segundo eixo: o sentido local da linguagem e a dimensão “autobiográfica” do pesquisador

Na visão de Kuhn (2002)⁴, os cientistas inseridos numa comunidade e trabalhando sob determinado paradigma, realizam procedimentos de pesquisa semelhantes, bem como tendem a observar os resultados produzidos por um mesmo prisma teórico, e assim, por acumulação de problematizações e resoluções geradas de dentro do paradigma, acreditam trabalhar em conjunto para a “evolução” do conhecimento.

Entretanto, ao destacar a importância e a relação entre taxonomia lexical e a ideia de incomensurabilidade, observa ele que:

⁴ Todas as citações são traduções livres desta edição espanhola.

Na maioria do processo de aprendizagem de linguagem estas duas classes de conhecimentos – conhecimento de palavras e conhecimento de natureza – se adquirem simultaneamente; na realidade não são em absoluto duas classes de conhecimento, senão duas faces de uma mesma moeda que a linguagem proporciona (KUHN, 2002, p. 44).

A importância que esta questão lexical assume no pensamento de Kuhn pode ser vista em suas afirmações seguintes: “uma das coisas nas quais insisto agora, e que não está nada bem analisada em *A estrutura das revoluções científicas*, é que não se devem classificar as disciplinas com categorias que surgiram posteriormente” (KUHN, 1962, p. 337). Nos casos de revoluções, as categorias que surgem *a posteriori* tendem a ser, em termos lexicais, incomensuráveis ao que se dizia antes.

Atento às perspectivas emergentes no campo da epistemologia na segunda metade do século passado, Kuhn (2002, p. 119) acrescenta em seu enfoque evolutivo que “as pretensões do conhecimento científico se avaliam necessariamente a partir de uma plataforma arquimediana móvel e historicamente situada”. E indo além, defende a tese de que o cientista se ocupa de resolver quebra-cabeças e que fazê-lo implica enfrentar jogos de linguagem.

Uma vez feita esta leitura kuhniana, por meio de Rorty (1994, p. 52) chegamos à crítica de Nietzsche acerca da razão universal e sua incitação ao devir próprio de cada um.

Foi Nietzsche o primeiro a sugerir explicitamente que abandonássemos toda a ideia do 'conhecimento da verdade'. A sua definição de verdade como exercício móvel de metáforas equivalia a dizer que se devia abandonar toda a ideia da 'representação da realidade' através da linguagem e, portanto, a ideia de se encontrar um contexto único para todas as vidas humanas.

Para Nietzsche (1997, p. 220), "julgamos saber algo das próprias coisas quando falamos de árvores, cores, neve e flores e, no entanto, não dispomos senão de metáforas das coisas que não correspondem de forma alguma às essencialidades primordiais". Ao mesmo tempo, reconhece que "tudo o que distingue o homem do animal depende dessa faculdade de reduzir as metáforas intuitivas a um esquema e, portanto, de dissolver uma imagem num conceito" (NIETZSCHE, 1997, p. 222), e complementa: "Conforme vimos, é a linguagem que trabalha originariamente na construção dos conceitos, só mais tarde a ciência" (NIETZSCHE, 1997, p. 228).

Richard Rorty (1994, p. 52) sintetiza que “o processo de chegarmos a conhecer-nos a nós próprios, de nos confrontarmos com a nossa contingência, de identificarmos as nossas próprias causas é idêntico ao processo de inventar uma nova linguagem, isto é, de concebermos novas metáforas”.

Mas será por meio de Santos (2000) que encontraremos a visão de que fazer ciência hoje é também aceitar-se ao desafio do autoconhecimento e de uma continuada “mutação biográfica”. O desafio que então se toma é o de tal construção crítica do cientista social, por meio do entendimento da linguagem de um contexto local e a elaboração para além dos modelos teóricos de referência.

Terceiro eixo: alternativa pragmática para “traduções” duplas

A visão da pragmática do saber científico e dos seus processos de legitimação como inseparáveis de sua natureza epistemológica nos leva ao trabalho de Lyotard (2002). Observa ele que, o conhecimento científico é apenas um subconjunto do conhecimento e, conseqüentemente, do saber de modo geral, como podem então seus praticantes decidirem o que é saber e quem pode arbitrar sobre isso. Nesta concepção, “o saber é aquilo que torna alguém capaz de proferir ‘bons’ enunciados denotativos, mas também ‘bons’ enunciados prescritivos,

avaliativos ... coincide com uma 'formação' considerável de competências" (LYOTARD, 2002, p. 36).

Para contrapor ao saber científico, Lyotard (2002, p. 37) apresenta o saber narrativo que se transmite de uma geração para outra, por meio de histórias que são contadas e (re)contadas. O relato é para ele, em muitos sentidos, "a forma por excelência deste saber" que se transmite por meio de histórias compartilhadas oralmente, nas quais se aprende sobre virtudes dos mitos legitimados na sociedade. "As competências cujos critérios o relato fornece ou aplica encontram-se aí misturadas umas às outras num tecido cerrado, o do relato, e ordenadas numa perspectiva de conjunto, que caracteriza este gênero de saber" (LYOTARD, 2002, p. 38).

Uma prática científica, como a que se vislumbra aqui, procura diminuir a diferença de estatuto entre o conhecimento que se legitima nos círculos denominados científicos e o outro que serve ao cotidiano das pessoas em sociedades periféricas específicas. Assim, se anseia reposicionar, no âmbito da prática do pesquisador, esta relação desigual saber científico-saber narrativo, dar salto "de volta" ao "obstáculo epistemológico" (BACHELARD, 1996; SANTOS, 1995) e tornar o saber científico comensurável aos olhos da sociedade.

É interessante recuperar também que para Lyotard (2002, p. 53), “a questão da legitimidade do próprio jogo, considerando-se a natureza científica, deve também fazer parte das questões que são levantadas no diálogo”.

O fato é que o discurso platônico que inaugura a ciência não é científico, e isto à medida que pretende legitimá-la. O saber científico não pode saber e fazer saber que ele é o verdadeiro saber sem recorrer ao outro saber, o relato, que é para ele o não-saber, sem o que é obrigado a se pressupor a si mesmo e cai assim no que ele condena, a petição de princípio, o preconceito (LYOTARD, 2002, p. 53).

Para se fazer valer como conhecimento socialmente útil e relevante, o que se diz e se legitima no meio científico precisa também passar pelo mesmo processo no contexto social a partir do qual foi gerado e para o qual quer trabalhar. O pesquisador precisa então engajar-se num processo de construção linguística de “tradução” (SANTOS, 2004) dupla. Num sentido, após ter se deslocado ao contexto local em função do qual se propõe trabalhar, precisa reelaborar seu entendimento de tal contexto de modo a se fazer valer na condição de conhecimento científico. Noutra, opera também a tradução do que se legitimou na ciência para o contexto local em termos distintos do que lá encontrou anteriormente. Afinal, entende que aos seus protagonistas também cabe avaliá-lo como legítimo (ou não!).

REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS GERADAS

A ambição maior deste trabalho é municiar a pesquisa social em contexto agreste com reflexões epistêmicas, capazes de nutrir avanços metodológicos necessários, no sentido da superação de dificuldades que lá emergiram. O que foi acima revisto condiciona e possibilita tanto o que se pensa (em termos epistemológicos) sobre este tipo de prática de pesquisa social empírica quanto as próprias construções metodológicas e argumentativas do discurso científico contemporâneo. Em particular, de quem se propõe fazer ciência em e para contextos periféricos específicos.

Mas como entender mais integralmente o contexto e acessar dimensões mais interiores ao pesquisado, com recursos interativos de pesquisa? Em que termos este trabalho investigativo poderia compatibilizar-se, tanto com os parâmetros da ciência contemporânea quanto com os da sociedade com que desejaria dialogar?

Os eixos teóricos propiciaram avanços aglutinados nos seguintes conjuntos de reflexões decorrentes, respectivamente, de cada um deles.

No primeiro, entende-se que a prática da ciência social em contexto agreste é um produto histórico-cultural condicionado pelas circunstâncias e interações a partir das quais seu resultado é gerado; que a imersão social é condição necessária tanto ao entendimento das particularidades e universalidades presentes neste contexto quanto à concepção de abordagens epistêmicas apropriadas; e que é preciso evoluir da ideia de observação isenta nas ciências naturais – onde se distancia metodologicamente o observador – para a de observação reflexiva, na parte mais genuína das ciências humanas, aquela em que se quer produzir compreensão de pessoas e relações entre elas. Aí o pesquisador-observador se inclui, não só porque isso é inevitável, mas porque é seu grande recurso heurístico – sem alguma identificação não há percepção de um semelhante. O cuidado metodológico não estará na exclusão mas na distinção de papéis.

No segundo conjunto, acredita-se que a concepção clássica de linguagem – expressão de algo interior (pensamento, etc.) – tem que ir cedendo lugar a uma compreensão pragmática: ela é uma forma de ação, sempre simbólica. Não se pode desvincular linguagem e relação, ou interrelação, porque toda linguagem é uma forma de relação social – ainda que introjetada ao longo da ontogênese de cada ser humano. A ciência estratifica e institucionaliza sua pragmática, mas sua prática metodológica de campo é a situação em que mais se precisa entender o sentido de relacionamento dialogal com linguagem. A qualidade da socialização

do pesquisador (acima destacada) aqui será fonte de evolução em sua linguagem no sentido de tornar-se progressivamente mais apto a alcançar melhores níveis de entendimento e comunicação nos termos dos praticantes locais. A “mutação autobiográfica” advém daí e se configura numa atitude honesta bem contextualizada do pesquisador perante os praticantes que se quer estudar.

No terceiro, atenta-se que uma das maiores dificuldades da pesquisa em ciências humanas e sociais é evoluir o conceito de objetividade. Não há processos metodológicos que, de maneira fetichista, possam descobrir a realidade. Mas pode-se construir boa argumentação, inclusive de natureza empírica e quantitativa, que firme o conhecimento historicamente possível e obtenha, por evidência, consenso intersubjetivo que levará à prática. Objetividade é a qualidade desse processo. Diante disso, a pesquisa social em contexto agreste, uma vez realizada com o devido rigor e legitimada em meios científicos, precisa ser traduzida em linguagem apropriada ao público que dela poderá obter algum benefício. Ou seja, para além da aprovação da qualidade objetivada no trabalho científico apresentado aos pares, é preciso que este seja reelaborado em linguagem adequada e viável para, deste modo, ser apresentado ao público local potencialmente interessado por seus resultados.

DE VOLTA O DESAFIO DO CONTEXTO DE PESQUISA: AVANÇOS, MESMO SEM RESPOSTAS

Este artigo se propôs avançar, por meio de dificuldades relatadas, questões e reflexões, em certas concepções de metodologia e epistemologia científica. Ao contrário de quem tenta esclarecer fatos ou descobrir relações sociais, quem reelabora questões desta natureza não chega de imediato a conclusões claras para prática de pesquisa diferenciada. Mas pode “avançar”, como se propôs, se marcar claramente uma rota de encaminhamento progressivo, tanto teórico como prático.

Se, por um lado, há pressupostos alternativos na epistemologia contemporânea que permitem reflexões como as aqui geradas. Por outro, há condições de prática que revelam o problema da adequação metodológica a contextos específicos como o encontrado no Agreste pernambucano. Nestes termos, nos foi possível chegar aos seguintes encaminhamentos que poderão inspirar e/ou nutrir a pesquisa social que quer ser efetiva em tais tipos de localidades.

Métodos precisam ser revistos sob a medida local para que, por exemplo, o objetivo de alcançar dimensões mais interiores dos pesquisados possa ser atingido, e então um processo de escuta e interação reflexiva possa acontecer na

profundidade consentida. O primado do contexto local na metodologia não pode ter restrições procedimentais prévias.

Para isso, faz-se necessária a criação criteriosa de estratégias metodológicas mais abertas e de instrumentos condizentes com estas. O modo de conseguir atender ao primado contextual na atividade de pesquisa é desenvolvendo a capacidade do pesquisador de (re)elaborar, a partir das regras do jogo científico e do conhecimento metodológico posto, recursos de pesquisa que sejam pertinentes a objetivos como o acima exemplificado.

Neste sentido, torna-se proeminente um trabalho mais sensível de aproximação e escolha mútua junto àqueles que se quer pesquisar. Sim, porque o pesquisado precisa também acolher o pesquisador que quer se achegar, e a acolhida precisa ser bem identificada. Conversas preliminares tanto podem viabilizar melhores interações futuras (tipo entrevista) como acertos em relação às regras e papéis de cada um naquilo que está em curso e foi reciprocamente consentido. Trata-se de processo de socialização do pesquisador e de sua inclusão nos espaços relacionais necessários (associações, parceiros de negócios, funcionários etc.). Esta substituição da busca unilateral altera limites e pode levar a pensar metodologicamente diferente.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316 p.

BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. [1979]. 560 p.

CABRAL, R. M. Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: estudo de casos múltiplos no pólo de confecções do agreste pernambucano. 2007. 313 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

DEMO, P. Por uma ciência autocrítica (prefácio). In: SÁ, M. Frutos do agreste: sobre ensino e pesquisa em Administração. Recife: UFPE, 2011, p. 9-11.

DIEESE. Diagnóstico do setor têxtil e de confecções de Caruaru e região. Recife: DIEESE, 2010. 76 p.

FERREIRA, J. E. Ocupação humana do agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru. João Pessoa: FAFICA/Ideia, 2001. 158 p.

HELENO, E. A. Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de jeans no município de Toritama-PE. 2013. 312 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo 2010. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=26; acesso em: 23 abr. 2012.

KLIMOVSKY, G. Las desventuras del conocimiento científico. Una introducción a la epistemología. Buenos Aires: A-Z, 1997. 418 p.

KUHN, T. S. The structure of scientific revolutions. Chicago: University of Chicago Press, 1962. 210 p.

KUHN, T. S. El camino desde la estructura. Barcelona: Paidós, 2002. 386 p.

LAHIRE, B. L'esprit sociologique. Paris: La Découverte, 2005. 434 p.

LIRA, S. Muito além das feiras da sulanca. Recife: UFPE, 2011. 277 p.

LYOTARD, J.-F. A condição pós-moderna. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
132 p.

MAGEE, B. As idéias de Popper. São Paulo: Cultrix, 1989. 114 p.

MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011. 176 p.

MATTOS, P. L. Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados: pondo os pingos nos *is* de tal ressalva. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. IX, n. esp. p. 450-468, jul. 2011.

NIETZSCHE, F. Acerca da verdade e da mentira no sentido extramoral. In: NIETZSCHE, F. Obras escolhidas. Lisboa: Relógio D'Água, 1997. v. 1. p. 213-232.

NUNES, J. A. Teoria crítica, cultura e ciência: O(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. In: SANTOS, B. S. (Org.). A globalização e as ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 301-344.

NUNES, J. A. Um discurso sobre as ciências 16 anos depois. In: SANTOS, B. S. (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 59-83.

POPPER, K. R. Conhecimento objetivo. São Paulo: EDUSP, 1975. 395 p.

POPPER, K. R. Conjecturas e refutações. O desenvolvimento do conhecimento científico. Coimbra: Almedina, 2006. 418 p.

PORTOCARRERO, V. (Org.) Filosofia, história e sociologia das ciências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. 268 p.

RORTY, R. Contingência, ironia e solidariedade. Lisboa: Presença, 1994. 256 p.

SÁ, M. Pós-modernidade!? Dimensões e reflexões. Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, v. 3, n. 6, p. 41-60, 2006.

SÁ, M. Feirantes: Quem são? Como administram seus negócios? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXIV, 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2010a.



SÁ, M. O homem de negócios contemporâneo. Recife: UFPE, 2010b. 286 p.

SÁ, M. Feirantes: quem são e como administram seus negócios. Recife: UFPE, 2011a. 272 p.

SÁ, M. Frutos do agreste: sobre ensino e pesquisa em Administração. Recife: UFPE, 2011b. 192 p.

SÁ, M. Feirantes: possíveis contribuições. In: SÁ, M.; HELAL, D. H.; FERRAZ, A.; SILVA, J. (Org.). Trabalho: questões no Brasil e no Agreste pernambucano. Recife: UFPE, 2013, p. 101-117.

SÁ, M. Os filhos das feiras e o campo de negócios agreste. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Unidade, Universidade do Minho, Braga, 2015. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/35680>. Acesso em: 08 ago. 2016.

SANTOS, B. S. Introdução a uma ciência pós-moderna. 4. ed. Porto: Afrontamento, 1995 [1989]. 200 p.

SANTOS, B. S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.

Porto: Afrontamento, 2000. v. 1. p. 53-110.

SANTOS, B. S. (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. 821 p.

SEBRAE. Relatório final: Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do Agreste pernambuco. Recife: Sebrae, 2013. 151 p.

SOKAL, A.; BRICMONT, J. Imposturas intelectuais. Lisboa: Gradiva, 1999. 322 p.

UNGER, R. M. O desenvolvimento do nordeste como projeto nacional: um esboço. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2009. 60 p.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O pólo de confecções do agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2011.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O polo de confecções do agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; SANTANA, M. A. (Org.). Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil. João Pessoa: UFPB, 2013. p. 233-78.

VESSURI, H. Perspectivas en el estudio de la ciencia. *Interciencia*, Caracas, v. 16, n. 2, p. 60-69, Mar./Apr. 1991.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999 [1953]. 352 p.

XAVIER, M. G. P. O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000). 2006. 255 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

De pequenos negócios de feira à metodologia científica: avanços a partir de (e para) experiências em contexto agreste

Resumo

Aqui são propostas reflexões sobre experiências de pesquisa científica num contexto geoeconômico e humano bem particular, envolvendo feirantes, empresários e executivos. Dois desafios a esta prática de pesquisa social localizada foram enfrentados. O primeiro, um necessário desenvolvimento de estratégias e instrumentos metodológicos apropriados a este tipo de contexto e à condição dos seus protagonistas. O segundo, voltado à dimensão epistemológica, pergunta: como a literatura contemporânea de sociologia, história e filosofia da ciência poderia municiar o pesquisador para tal prática? Para empreender tais avanços, após a apresentação do contexto e dos pesquisados, dificuldades e questões vividas nas experiências relatadas e problematizadas em termos metodológicos são articuladas reflexivamente com a referida literatura. Os resultados são avanços metodológicos, já noutro patamar alcançado a partir do que foi vivenciado e da reflexão epistemológica gerada.

Palavras-chave

Metodologia científica em ciências sociais. Pesquisa sobre pequenos negócios. Experiência metodológica.

From fair small business to scientific methodology: developments from (and to) a research experience in the Brazilian Northeast Agreste

Abstract

This text reflects on scientific research experience in a quite particular human and geo-economic context that involves fair sellers, businessmen and managers: the Agreste, in Northeast Brazil. Two challenges to this localized research practice were faced. The first has been the development of strategies and methodological instruments fitting that context and the conditions of its protagonists. The second, related to the epistemological dimension, asks: how the contemporary literature on sociology, history and philosophy of science could, in this case, ammunition researcher to his practice? After the presentation of the context and researched people, the text goes to meet expectations by relating methodological difficulties and questions from experience to referred literature. The results are methodological developments at a new level attained by means of epistemological reflexion from practical experience.

Keywords

Scientific methodology in the social sciences. Small business research. Methodological experience.

De los pequeños negocios justo el método científico: adelantos de (y) experiencias en contexto agreste

Resumen

Aquí hay reflexiones propuestas en experimentos de investigación científica en un contexto geo-económico y humano muy particular, con la participación de comerciantes, empresarios y ejecutivos. Se enfrentan dos retos para esta práctica de la investigación social localizada. La primera, a las estrategias de desarrollo necesarias y las herramientas metodológicas adecuadas para este tipo de medio ambiente y la condición de sus protagonistas. La segunda se centró en la dimensión epistemológica, pregunta: ¿cómo la literatura contemporánea sociología, la historia y la filosofía de la ciencia podrían equipar el investigador para esta práctica? Para llevar a cabo este tipo de avances, después de la presentación del contexto e investigados, los problemas y las cuestiones experimentadas en las experiencias reportadas y problematizada en cuanto a la metodología están articulados por reflejo con la literatura. Los resultados son los avances metodológicos ya han alcanzado otro nivel de lo que se experimenta y se genera la reflexión epistemológica.

Palabras clave

Metodología científica en las ciencias sociales. La investigación sobre los pequeños negocios. Experiencia metodológica.

Autoria

Márcio Gomes de Sá

Doutor em Sociologia pela Universidade do Minho. Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: marciodesa@gmail.com.

Pedro Lincoln Carneiro Leão de Mattos

Ph.D. em Government pela University of London. Professor Titular Aposentado da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: pedrolincoln@gmail.com.

Endereço para correspondência

Márcio Gomes de Sá. Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste. BR 104 – km 59, Nova Caruaru, Caruaru, PE, Brasil. CEP: 55002970. Telefone: (+55 81) 21267771.

Como citar esta contribuição

SÁ, M. G.; MATTOS, P. L. C. L. De pequenos negócios de feira à metodologia científica: avanços a partir de (e para) experiências em contexto agreste. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 3, n. 7, p. 628-669, ago. 2016.

Contribuição Submetida em 27 jul. 2014. Aprovada em 31 jan. 2015. Publicada online em 6 set. 2016. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

